

**IMPrensa e Política na História do Tempo Presente: Notas sobre a
Atuação dos Jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, 1994 e 1998**

Fabrcio Ferreira de Medeiros¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo examinar a atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* (*FSP*) e *O Globo* (*OG*) nos anos 1990, destacando-se, sobretudo, a inserção do tema no campo da história do tempo presente. Busca-se problematizar a questão da subjetividade na produção do conhecimento histórico, partindo-se da hipótese segundo a qual o problema do distanciamento entre sujeito e objeto não corresponde, essencialmente, ao princípio de afastamento temporal, isto é, que quanto mais recuado no tempo o objeto de investigação, maiores as condições de produção de um conhecimento objetivo. Ao contrário, reconhece-se que a subjetividade do historiador é inerente ao conhecimento histórico, sendo o ponto central desta discussão a necessidade de distanciamento em termos éticos, políticos, ideológicos e epistemológicos. Por fim, busca-se apresentar, ainda que introdutoriamente, reflexões acerca da atuação política dos jornais *FSP* e *OG* nos cenários de 1994 e 1998.

Palavras-chave: jornais; atuação política; história do tempo presente.

ABSTRACT: This article aims at examining the political performance of the *Folha de S. Paulo* (*FSP*) and *O Globo* (*OG*) newspapers in the 1990s, highlighting the insertion of the theme in the field of the history of the present time. It is sought to problematize the question of subjectivity in the production of historical knowledge, starting from the hypothesis that the problem of distance between subject and object does not correspond, essentially, to the principle of time away, that is, that the more backward in time the object of investigation, the greater the conditions of production of an objective knowledge. On the contrary, it is recognized that the subjectivity of the historian is inherent to historical knowledge, the central point of this discussion being the need for distance in ethical, political, ideological and epistemological terms. Finally, we intend to present, although introductory, reflections on the political performance of the *FSP* and *OG* newspapers in the 1994 and 1998 scenarios.

Keywords: newspapers; political performance; history of the present time.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar nos jornais enquanto atores políticos engajados nos debates públicos do tempo presente, em perspectiva histórica, talvez seja ainda uma novidade teórica.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ). Licenciado em História pela Fundação Unificada Campograndense (FIC/FEUC).

De fato, a relação da imprensa com o campo político² já foi alvo de uma série de estudos: Nelson Werneck Sodré (1966) mostra o quão ativos os jornais são nas discussões de problemas políticos, em momentos distintos da história brasileira. Posteriormente, é certo que Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato (1981) evidenciam que o jornal pode ser visto tanto como objeto de análise quanto ator político, intervindo política e socialmente, contribuindo com a configuração da correlação de forças sociais, além de ajudar a construir determinados consensos em torno dos conflitos entre atores e grupos em momentos e períodos históricos específicos. Porém, a atuação política da imprensa, em particular no que tange ao tempo presente, ainda aguarda teorizações mais consistentes.

Os jornais oferecem, em boa medida, a compreensão que os atores históricos – em condições de emitir sua opinião publicamente – têm sobre os fatos que lhes são contemporâneos (ou não). Permitem conhecer a história na condição de processo e no sentido da percepção. Em outras palavras, a análise de periódicos oferece a possibilidade de se examinar a “consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas”, reconhecendo-se que não importam apenas os fatos e a realidade em si, mas inclusive “o que se pensa sobre ela”, conforme defende Ana Maria de Almeida Camargo (1971, p. 225).

Salvo estas considerações, o presente artigo tem como objetivo discutir algumas questões relativas à atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo (FSP)* e *O Globo (OG)* nos anos 1990, destacando-se, sobretudo, a inserção do tema no campo da história do tempo presente. Busca-se problematizar a questão da subjetividade na produção do conhecimento histórico, partindo-se da hipótese segundo a qual o problema do distanciamento entre sujeito e objeto não corresponde, essencialmente, ao princípio de afastamento temporal, isto é, que quanto mais recuado no tempo o objeto de investigação, maiores as condições de produção de um conhecimento objetivo. Ao contrário, reconhece-se que a subjetividade do historiador é inerente ao

² Para Pierre Bourdieu, o campo político se constitui em um mundo social relativamente autônomo, funcionando sob regras próprias (2011). Trata-se de uma instância social na qual são produzidos determinados “problemas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção” (2012, p. 164).

conhecimento histórico por ele produzido, sendo o ponto central desta discussão a necessidade de distanciamento em termos éticos, políticos, ideológicos e epistemológicos. Ademais, busca-se apresentar, ainda que introdutoriamente, reflexões acerca da atuação política dos jornais *FSP* e *OG* nos cenários de 1994 e 1998, temática que tem se colocado como referência das leituras e discussões que o professor Ricardo Mendes e eu estamos desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, frente à elaboração da pesquisa de dissertação de mestrado.

1. O JORNAL COMO ATOR POLÍTICO NO TEMPO PRESENTE: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Diversos estudos têm promovido o jornal à categoria de ator político – e isso no que interessa aos recortes temporais mais distintos. Porém, a discussão da referida temática pouco tem incorporado os problemas levantados pela história do tempo presente. No geral, nota-se que os estudos clássicos não desenvolveram discussões nesse sentido, a exemplo de *Os Intérpretes das Luzes: Liberalismo e Imprensa Paulista (1920-1945)*, tese de doutoramento defendida em 1986 por Maria Helena Capelato, *História da Folha de S. Paulo*, livro escrito por Capelato e Carlos Guilherme Mota (1981), e *O Bravo Matutino*, livro publicado por Capelato e Maria Ligia Prado em 1980. Poderia se argumentar que o referido autor e as autoras não se preocupam com maiores reflexões em relação ao tempo presente devido à falta de maturidade desse campo de estudos no Brasil. Contudo, mesmo em pesquisas mais recentes (anos 2000-2010), percebe-se a mesma ausência.

Francisco Fonseca (2001), Carlos Sávio Gomes Teixeira (2001), Rodrigo Carvalho (2006) e João Braga Arêas (2012), e outros, demonstram a mesma despreocupação teórica, não se discutindo a atuação política da imprensa nos anos 1990 com referência a questões colocadas pela história do tempo presente. Por outro lado, na maior parte dos casos, os autores têm se apropriado do conceito gramsciano de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) para examinar o viés político e ideológico presente nos editoriais e mesmo nos noticiários de jornais como a *FSP*, *OG*, *Jornal do Brasil (JB)* e *O Estado de S. Paulo (OESP)*. Porém, sobretudo na pesquisa de Carvalho

(2006), a apropriação dos APH como chave analítica acaba por reduzir, significativamente, as margens de autonomia do periódico, o qual é visto, em vários momentos, como instrumento da classe dominante ou do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Não se percebe que as afinidades de interesses ou os compromissos políticos assumidos pelo jornal em dado momento histórico não correspondem, necessariamente, a uma submissão do veículo a determinada classe, governo ou regime político. Como argumenta Héctor Borrat (1989), o periódico influencia o funcionamento do sistema político ao mesmo tempo em que é influenciado por este. Intervém no debate público, oferecendo uma interpretação particular sobre os conflitos sociais. Porém, seus posicionamentos não são inertes, correspondendo a alianças estáveis no tempo. Seria preciso, portanto, perceber que a atuação política do jornal está sujeita a permanências, mas também a flutuações, sendo a noção de instrumento de classe, defendida junto ao conceito de APH, algo muito frágil teoricamente, e que acaba elidindo a complexidade característica da atuação do periódico enquanto ator político relativamente autônomo.

Seja como for, em particular nas pesquisas empreendidas por historiadores a respeito da atuação política de jornais nos anos 1990, nota-se a escassez de reflexão relativa, entre outras coisas: 1) a insuficiência de referências historiográficas; 2) ao problema da abundância de fontes e, conseqüentemente, às estratégias e critérios de hierarquização; 3) à questão da duração dos posicionamentos políticos e ideológicos do jornal; 4) ao caráter indefinido do tempo presente e à flutuação dos problemas políticos; 5) à subjetividade, expressa, entre outras formas, por meio da relação que o sujeito estabelece com o objeto de análise.

Neste último caso, fica evidente que não se discute “O eu do historiador”, retomando-se uma expressão utilizada por Sabrina Loriga (2012). Principalmente nos estudos de historiadores, há uma ausência de discussão teórica no que tange ao tratamento da subjetividade no *métier historien*. Não se problematiza as condições e os caminhos de construção de um conhecimento objetivo acerca de temas que ainda suscitam uma série de paixões e alimentam partidarismos, a exemplo das discussões

relativas ao neoliberalismo e ao papel do Estado em face do desenvolvimento econômico. Em suma, os historiadores que se dedicam à investigação da atuação política dos jornais nos anos 1990, mas também em períodos mais recuados, pouco têm se debruçado sobre a história do tempo presente e, conseqüentemente, sobre problemas teóricos, metodológicos e epistemológicos característicos desse campo de estudos.

A lacuna que se verifica, portanto, pode favorecer o desenvolvimento de novas reflexões e a problematização da relação entre sujeito e objeto de análise, nesses casos. Para Paul Ricoeur (1968), tanto a objetividade como a subjetividade são elementos característicos do ofício do historiador. Este busca compreender o passado humano a partir de vestígios (fontes), tendo a verdade como horizonte, porém, não absoluto, pois o passado não pode ser apreendido de maneira integral: faz-se sua representação e não sua reconstituição como um cientista em laboratório. Nesta operação, além disso, há a necessidade de interpretação, seleção, classificação, hierarquização, elementos que não se podem dissociar da subjetividade representada pelo historiador. A objetividade, nesse sentido, é menos um produto do distanciamento temporal do que fruto de um posicionamento ético assumido pelo pesquisador frente ao objeto investigado. Trata-se, segundo o autor, de reconhecer a boa subjetividade que a história reivindica do historiador e não de recusar todo grau de subjetividade, como se fosse possível alcançar um nível absoluto de objetividade.

Nas palavras de Loriga, historiadora que se alinha a Ricoeur nesta discussão,

[...] o eu do historiador não é uma substância, dada *a priori*, mas uma aspiração ou mesmo *um lugar de trabalho*. Para desenvolver uma 'boa subjetividade', o historiador deve renunciar aos sonhos de ressurreição do passado, aceitar que vive em um terceiro lugar, o qual não coincide nem com o presente, nem com o passado, e reconhecer que a contemporaneidade não é uma condição, um estado, mas uma experiência, inacabada e inacabável, de redução da alteridade (2012, p. 257).

Resta dizer, não se discute o fato de que o historiador interessado em temas de investigação dos anos 1990 lida, necessariamente, com um tempo em movimento,

sobre o qual repousam experiências em curso e expectativas de futuro. Não há reflexão metodológica sobre o pertencimento do historiador àquele tempo, à contemporaneidade entre sujeito e atores do período estudado, bem como, e, sobretudo, às implicações dessa relação que não é somente temporal, mas também cultural – pois se trata também do compartilhamento de anseios, questionamentos, expectativas, temores etc., entre o pesquisador e os atores históricos contemporâneos.

Compreendemos que, embora o estudo da imprensa e de sua atuação política nos anos 1990 não suscite questões problemáticas como o trauma e a violência, se faz necessário refletir o lugar do historiador nesse processo, pois este, tendo abandonado a pretensão de uma história radicalmente objetiva (em moldes das ciências naturais e exatas), deve passar a reconhecer e aprender a lidar com sua subjetividade assumida. Segundo Henry Rousso (2016), o distanciamento entre sujeito e objeto obedece mais a uma questão ética e epistemológica do que propriamente ao recuo temporal. Para o autor, o recuo metodológico “constitui uma construção, uma disposição de espírito, uma maneira de analisar o presente de outro modo em um universo que parece ter banido precisamente toda distância temporal, espacial ou física” (ROUSSO, 2016, p. 236).

Não se trata aqui de uma “história imediata”, no sentido da construção de um conhecimento descartável e instantâneo. A história do tempo presente propõe justamente a mediação entre sujeito e objeto, buscando dar sentido a acontecimentos recentes e processos em curso, por definição, inacabados, mas que possuem textura temporal mais ou menos longa.

Fazer a história do tempo presente é [...] postular que o presente possui uma espessura, uma profundidade, que ele não se reduz a uma soma de instantaneidades que se compreenderá repentinamente. Como toda história, trata-se de restituir uma genealogia, de inserir o acontecimento em uma duração, de propor uma ordem de inteligibilidade que tenta escapar à emoção do instante [...] (ROUSSO, 2016, p. 237).

Como se vê, a história do tempo presente implica mais em uma questão de método do que propriamente em termos de distanciamento temporal. E já é hora de pensarmos na atuação política dos periódicos sob este ângulo, pois a falta de discussão teórica pode dificultar o entendimento das nuances características deste objeto de estudo, bem como do lugar de fala do historiador e seus efeitos sobre o conhecimento histórico por ele produzido.

2. A ATUAÇÃO POLÍTICA DA *FOLHA DE SÃO PAULO* E *D'O GLOBO* NOS ANOS DE 1990

2.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Tratada a questão teórica pertinente à inserção do tema no campo da história do tempo presente, podemos considerar os estudos relativos à atuação política da *FSP* e *d'OG* nos anos 1990. Apontamos, nesse momento, algumas características gerais da literatura especializada, para, posteriormente, delinear nossa proposta de pesquisa.

Para fins analíticos, organizamos os trabalhos que versam sobre o tema em questão em três grandes grupos, quais sejam: 1) trabalhos que, grosso modo, se voltam para o estudo da grande imprensa paulista (*FSP* e *OESP*) e carioca (*OG* e *JB*); 2) pesquisas específicas sobre a *FSP* e *OG*; e 3) estudos parciais, ora limitados ao exame do posicionamento político e ideológico da *FSP*, ora a *OG*.

Não adotamos aqui o termo “historiografia” para designar a literatura especializada, pois constatamos, conforme argumentou Leandro Colling (2006), após levantamento sistemático de trabalhos sobre mídia e eleições, que a área de História tem pouca representatividade nesse campo de pesquisa. Na verdade, após levantamento bibliográfico, só encontramos dois historiadores que se debruçam sobre o tema: Francisco Fonseca e João Braga Arêas. Portanto, para os fins deste artigo (e conforme as opções adotadas no desenvolvimento da dissertação de mestrado), optamos por considerar pesquisas realizadas em outras áreas, sobretudo em Comunicação.

No primeiro grupo de estudos, que compreende análises acerca da grande imprensa paulista e carioca, é possível destacar a tese de doutorado em História Social

defendida por Fonseca³ em 2001, sob orientação de Capelato. Em *Divulgadores e vulgarizadores*, Fonseca (2001) busca investigar a atuação política e ideológica dos jornais *FSP*, *OESP*, *OG* e *JB*, particularmente no que tange à construção da hegemonia ultraliberal (ou neoliberal) no Brasil, entre 1985 e 1994. Tomando como fontes os editoriais destes periódicos, o historiador demonstra empiricamente que a grande imprensa esteve engajada, no período mencionado, na construção de uma agenda política que priorizava nitidamente a preeminência do mercado frente ao Estado, expressa na defesa da liberalização econômica, da privatização e da desregulamentação da economia, etc. Divulgando e vulgarizando determinadas ideias, portanto, aqueles jornais acabaram contribuindo, de maneira significativa, para a afirmação de um projeto político de corte neoliberal no Brasil, entre meados dos anos 1980 e 1994, quando Fernando Henrique Cardoso (FHC) venceu a eleição presidencial, com um programa de governo afinado, sobremaneira, com a agenda ultraliberal.

Partindo de uma abordagem semelhante, no segundo grupo de estudos, em sua dissertação de mestrado em Comunicação, Rodrigo Carvalho analisa os editoriais da *FSP* e *d'OG* no período 1995-2002, tendo em vista o exame da atuação política destes jornais no governo FHC. O autor considera em sua pesquisa a observação de três eixos temáticos, a saber: 1) o político, reunindo o posicionamento dos periódicos no que concerne a grupos de apoio e oposição ao governo, movimentos sociais (de esquerda) e a aprovação da reeleição; 2) o econômico, com destaque para a estabilização econômica, a inflação, a dívida pública etc.; e por fim 3) o nível ideológico, no qual ganha relevo o neoliberalismo.

Ao proceder desta forma, Carvalho (2006) consegue delinear um mapeamento relativamente consistente do pensamento político da *FSP* e *d'OG* durante os anos 1990. Conclui, entre outras coisas, que no plano político os periódicos foram duramente críticos a movimentos sociais e partidos de oposição a FHC, associando os mesmos ao radicalismo e à instabilidade política, além de ressaltar a ausência de projetos políticos alternativos ao neoliberal. No nível econômico, os

³ Apesar de doutorar-se em História, o pesquisador também tem formação em Ciências Sociais e Ciência Política.

jornais teriam se engajado na defesa de uma série de questões que também compunham a agenda governamental, quais sejam: a estabilização econômica, as privatizações, a reforma administrativa e a liberdade de mercado. Alinhando-se ao governo federal, a *FSP* e *OG* fizeram várias críticas aos monopólios estatais do petróleo, das telecomunicações e do setor elétrico, justificando maior incentivo à iniciativa privada. Em relação à crise de 1998, os jornais acabariam por blindar o presidente de eventuais críticas e acusações, conferindo as causas a fatores externos e ao clima de instabilidade provocado pelas eleições. Sobre o debate ideológico, Carvalho (2006) aponta o comprometimento da grande imprensa com a reforma trabalhista e previdenciária, consoante o objetivo de estabilização econômica e enxugamento do Estado. Apesar de não se assumirem como divulgadores do neoliberalismo no Brasil, e mesmo recusando a existência de tal projeto político, a *FSP* e *OG*, segundo o autor, acabaram por, a um só tempo, apoiar o governo e mobilizar adeptos para a agenda neoliberal, buscando neutralizar a oposição da esquerda e a divulgação e saliência em torno de projetos alternativos.

Por fim, na terceira corrente de pesquisas que versam sobre a atuação política dos jornais nos anos 1990, podemos tomar como referência a tese de doutorado em História, defendida por Arêas em 2012. Nas *Batalhas de O Globo (1989-2002)*, Arêas (2012) busca compreender o papel político e ideológico do jornal carioca na construção do projeto neoliberal, a partir da eleição de Fernando Collor para a presidência da República, em 1989, e com a era FHC (1995-2002), ressaltando, para tanto, a saliência das privatizações nos editoriais, artigos de opinião e noticiários d'*OG*. Partindo de quadro teórico semelhante ao proposto por Fonseca (2001) e Carvalho (2006), o historiador toma *OG* como um APH, assim como uma espécie de partido político a serviço de “frações das classes dominantes, em especial daquelas vinculadas ao capital financeiro e às multinacionais” (ARÊAS, 2012, p. 41). Nesse sentido, chega a conclusões semelhantes àsquelas apresentadas pelos dois autores antes mencionados. O jornal da família Marinho teria atuado, basicamente, como veículo difusor do neoliberalismo, um instrumento de unificação da classe dominante, promotor de uma

adesão subordinada das classes subalternas ao projeto neoliberal implementado por Collor, inicialmente, e aprofundando por FHC.

Outro ponto de contato entre Arêas (2012), Fonseca (2001) e Carvalho (2006), e que interessa à nossa pesquisa, é justamente o posicionamento d'OG frente às esquerdas organizadas. O jornal carioca, defendendo o neoliberalismo como o único modelo de desenvolvimento possível de implementação naquele momento, teria apresentado um posicionamento conservador e autoritário, negando a existência de alternativas à esquerda e justificando medidas repressivas contra movimentos e partidos de oposição a FHC. Ademais, OG teria construído uma série de representações extremamente negativas acerca do Partido dos Trabalhadores e, conseqüentemente, de seus membros e simpatizantes,⁴ o que pode ser visto como expressão, entre outras coisas, do pertencimento do periódico carioca ao campo das direitas, sobretudo da direita liberal.⁵

Tais considerações nos permite discutir a proposta de pesquisa apresentada no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio de Janeiro, onde o professor Ricardo Mendes e eu viemos desenvolvendo um estudo acerca da atuação política da FSP e d'OG em 1994 e 1998.

2.2. UMA PROPOSTA DE PESQUISA: FSP E OG EM 1994 E 1998

A pesquisa ora apresentada de forma introdutória nasce do interesse que nutro pela relação entre imprensa e política já no período de graduação, o qual culminou no trabalho monográfico intitulado *A eleição presidencial de 1994 e O Globo*, defendido em 2015.⁶ Naquela ocasião, buscamos salientar o posicionamento político e ideológico do jornal carioca diante da eleição presidencial de 1994, sobretudo no que

⁴ Entre os termos empregados para caracterizar o PT e seus militantes, Arêas ressalta: “[...] hordas, extremistas, fanáticos, xiitas, radicalismo, totalitarismo, ditadura, fascistas, Hitler, censura, algema, patrulhamento, assalto, selvagem, hostilizar, incitar, invadir, arrombar, rasgar, destruir, socos, pauladas, enfurecidos, lobo, velho, contramão, obsoleto, falido, caos, calote, dentre outras” (2012, p. 128; ênfase do autor).

⁵ Sobre o tema, cf. MENDES, R. A. S. Novas direitas e velhos discursos? In: SCHUSTER, Karl [et al.]. *Velhas e novas direitas: a atualidade de uma polêmica*. Recife EDUPE, Editora da Universidade de Pernambuco, 2014, pp. 148-160.

⁶ Nesta pesquisa, tive o prazer de ser orientado pela professora Nathalia Rodrigues, a qual me ajudou em vários momentos, não somente no que diz respeito à estruturação da monografia, mas também na análise das fontes, uma etapa sensível de qualquer pesquisa e ainda mais problemática quando se trata de um trabalho inicial da formação acadêmica.

tange aos candidatos que lideraram o pleito: Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. A partir do exame dos noticiários do periódico, produzidos nos meses de julho, agosto e setembro de 1994, concluímos que *OG* criou uma imagem extremamente negativa sobre Lula, associando o candidato do PT ao radicalismo, ao ataque e à violência. Em contrapartida, *OG* defendeu com veemência o Plano Real, buscando associar o sucesso da campanha de FHC ao mesmo, em detrimento de Lula, colocado como adversário do Plano e mesmo do Brasil. O jornal se posicionou, em seus noticiários, de forma parcial e engajada politicamente, salientando os benefícios que seriam trazidos para o conjunto da sociedade com o projeto neoliberal, especialmente por meio do aprofundamento do programa de privatizações e com a liberalização econômica. Assim, evidenciamos que o jornal carioca ofereceu apoio contundente à vitória de FHC no pleito de 1994, bem como militou em prol do neoliberalismo.

Mas as questões que nos cercam hoje são outras e muitos pontos daquela pesquisa já foram revistos, principalmente em termos teóricos. No estudo que iniciamos no PPGH-UERJ, nos primeiros meses do ano corrente (2017), revisamos, por exemplo, o uso do conceito gramsciano de APH, por considerar o risco de, adotando esse conceito, se instrumentalizar em demasia a atuação política dos jornais, não reconhecendo a habilidade (a exemplo de outros veículos de comunicação) que a *FSP* e *OG* possuem de defender determinadas ideias e valores de maneira relativamente autônoma, isto é, sem se submeterem a grupos econômicos, políticos e classes sociais específicas, ainda que mantenham relações de dependência econômica com setores específicos.

Ao invés de considerar os noticiários como item privilegiado de análise, passamos a investigar o posicionamento “oficial” dos jornais, apresentado nos editoriais. Por falar em jornais, no plural, decidimos ampliar a pesquisa, entre a graduação e o mestrado, inserindo, além d’*OG* e do contexto de 1994, a *FSP* e o cenário de 1998, quando da reeleição de FHC para a presidência da República. Optamos pela análise de jornais de grande tiragem, representativos da grande

imprensa brasileira,⁷ conforme definição proposta por Capelato (2015). Trata-se de veículos representativos do pensamento político dos setores sociais médios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, estados que, por sinal, possuem uma influência significativa no contexto nacional, tanto em termos políticos, com o fornecimento de quadros para o Estado e a formação de intelectuais renomados, quanto em termos econômicos, dada a participação de SP e RJ no Produto Interno Bruto.

Como foi demonstrado empiricamente por Fonseca (2001), Carvalho (2006) e Arêas (2012), entre outros autores, percebemos que a *FSP* e *OG* atuaram em posição destacada no campo político brasileiro dos anos 1990, buscando construir um projeto político marcado pela preeminência do mercado como instância de organização da economia, em detrimento da intervenção do Estado. Além disso, a agenda formulada por estes periódicos caracterizou-se, com relevo, pela defesa da estabilização econômica e da privatização. Pautou-se pela cobrança, frente ao Congresso e aos governos Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e FHC (1994-2002), da execução de uma série de reformas que consideravam fundamentais para a estabilização e o desbloqueio do desenvolvimento brasileiro, quais sejam: as reformas da previdência social, trabalhista, tributária e administrativa. Junto ao fim do monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações e do setor elétrico, estes itens receberam um tratamento consistente e sistemático pela *FSP* e *OG*, ao longo dos anos de 1994 e 1998.

A análise das fontes,⁸ portanto, tem nos oferecido, até o momento, o delineamento de um projeto político muito semelhante, apresentado nos editoriais do jornal paulista, da família Frias, e do periódico carioca, de propriedade da família Marinho. Neste projeto, contudo, estamos percebendo algo que, de alguma maneira, foi apenas tangenciado por outros autores. Sem dúvida, a ênfase temática dos

⁷ De acordo com a Associação Nacional de Jornais, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* figuram entre os 10 maiores jornais do Brasil por um período duradouro (2002 a 2015), com a venda de mais de 200 mil exemplares por dia em média. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 28/6/2017.

⁸ No momento, concluímos a análise de, aproximadamente, 150 editoriais relativos aos dois jornais, no que se refere ao ano de 1994. Para o ano de 1998, levantamos 218 editoriais, correspondentes à *FSP* e à *OG*. Estes ainda aguardam nossa análise.

editoriais da grande imprensa recaiu, nos anos 1990, sobre questões econômicas. Uma parte dos problemas que envolvem elementos políticos, a exemplo da revisão constitucional, foi tratada sob um viés economicista. O cidadão era antes visto como consumidor e a participação política praticamente não foi discutida, quer seja pela *FSP*, quer seja em *OG*. O projeto em discussão, conseqüentemente, contribuiu, de maneira incisiva, para a despolitização de uma série de questões que possuem natureza e implicações políticas, a exemplo das reformas da previdência e trabalhista, mas também no que tange à própria privatização, medida que altera a configuração do mundo do trabalho, com a redução do contingente de empregos estáveis, redução dos benefícios sociais e mesmo do número de trabalhadores empregados – os próprios jornais comentaram, em seus editoriais, que um dos efeitos da privatização era justamente a redução do quadro de funcionários das empresas privatizadas. Porém, esse efeito direto das privatizações não alterou o posicionamento dos periódicos em relação ao assunto.

De todo modo, a ênfase excessiva nos aspectos econômicos, em detrimento do debate político, não é, em nosso entendimento, um viés meramente acidental ou desprezioso. Na verdade, ao se analisar a atuação política dos jornais, é preciso reconhecer que as operações de agendamento e enquadramento⁹ não implicam apenas em dar visibilidade a determinados temas e interpretações, mas, inclusive, a excluir e silenciar problemas, críticas e alternativas a projetos políticos, tal como sugere Robert Entman (1993). Ao negligenciar a análise de questões sob um ponto de vista político, considerando-se 1994 e 1998 enquanto cenários eleitorais, a *FSP* e *OG* indicaram não somente que preferiam enfatizar o mercado e o domínio privado, como também sustentavam um modelo de desenvolvimento pouco afinado com a democracia inclusiva, extensiva e participativa, correspondente aos anseios de uma sociedade marcada por desigualdades socioeconômicas e por demandas substantivas

⁹ Em síntese, define-se o agendamento como a habilidade que os veículos de comunicação social têm de “influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública” (MC COMBS, 2009, pp. 17-18), e o enquadramento se constitui na seleção, avaliação, interpretação e hierarquização dos temas salientados (ENTMAN, 1993).

no sentido da liberalização política – considerando-se, aliás, que, não fazia muito tempo, o Brasil havia saído de um regime ditatorial (1964-1985).

A democracia, vale ressaltar, não foi um tema abordado pelos jornais em seus editoriais, fato que, a nosso ver, sugere a defesa de um regime de poder elitista, no qual a resolução de conflitos se daria única e exclusivamente pela via formal e judiciária – para aqueles indivíduos e grupos em condições, obviamente, de recorrer a mesma e serem atendidos de maneira satisfatória. A participação política ao nível da rua ou extraparlamentar, não institucional, foi, em vários momentos, alvo de críticas dos periódicos pesquisados. No geral, quando trabalhadores, partidos e movimentos sociais de esquerda foram tratados em seus editoriais, a *FSP* e *OG* os qualificaram de radicais, desordeiros, responsáveis por provocar instabilidade política e econômica, descompromissados com os objetivos mais importantes e gerais da sociedade brasileira.

No projeto político defendido pelos jornais citados, o cidadão cedeu lugar ao consumidor. O Estado foi associado ao corporativismo e as empresas por ele administradas eram representadas como grandes ralos por onde escorre o dinheiro do contribuinte, mar de privilégios e interesses setoriais, ineficiência e desperdícios. Não se apresentou nenhuma menção positiva ao Estado e às empresas públicas. Não se enfatizava, por outro lado, a necessidade de o cidadão brasileiro participar das discussões públicas, de intervir no campo político e pressionar chefes do Executivo ou parlamentares, no sentido do cumprimento de seus programas de governo e das promessas feitas em campanha. Na perspectiva da grande imprensa, o cidadão apenas seria chamado a participar quando o problema interessasse diretamente ao grupo proprietário do jornal, a exemplo de quando se cobrou do Congresso Nacional celeridade na execução da revisão constitucional.

Por tudo isso, levantamos a hipótese segundo a qual a *FSP* e *OG*, em 1994 e 1998, defendem, de forma consistente, um projeto político de corte neoliberal, assentado na preeminência do mercado sobre o Estado e na redução do cidadão à condição de consumidor. Mais que isso, os jornais citados propõem um arcabouço político de viés elitista, conservador e autoritário, o qual deveria subtrair as pressões

da oposição e das críticas à agenda neoliberal (reformas, privatizações, fim de monopólios estatais, liberalização econômica, redução da intervenção do Estado na economia etc.), colocando-se este projeto como o único possível de ser implementado no Brasil – e expressão de uma tendência mundial, na avaliação da *FSP* e *d’OG*.

Ao promoverem uma agenda que esteriliza o debate político, marginalizando as críticas e propostas das esquerdas e desqualificando, sobretudo no que tange ao PT, sua capacidade de construir um projeto alternativo ao neoliberal, os jornais investigados acabam se inserindo em um campo específico do espectro político dos anos 1990, qual seja, o da direita liberal. Ao silenciarem o tema da participação política, os periódicos evidenciam os limites de sua agenda (a mesma agenda implementada por FHC, entre os anos de 1995 e 2002) e do tipo de democracia que consideram legítimo ou mais satisfatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos discutir a atuação política da imprensa brasileira, em especial no que interessa aos jornais *FSP* e *OG*, ao longo dos anos 1990, sob a perspectiva da história do tempo presente. Propomos que se faz necessário problematizar a relação entre sujeito e objeto, de forma a se reconhecer a subjetividade própria do historiador como um elemento característico do conhecimento histórico. Ao invés de partirmos de uma relação dicotômica, na qual objetividade e subjetividade seriam excludentes entre si, consideramos que o historiador precisa lidar com ambas as questões, buscando construir seu próprio distanciamento frente ao objeto de análise. Esse distanciamento não se dá *a priori*, por via do recuo temporal. É mais uma construção que parte do pesquisador, o qual, reconhecendo os problemas relativos à história do tempo presente, se esforça por estabelecer uma relação de mediação e tornar fatos e processos históricos recentes objetos duráveis no tempo.

Examinar a atuação política dos jornais em um período tão próximo, como nos anos 1990, evidentemente, coloca problemas para o pesquisador, pois este se depara com questões que ainda são sensíveis no campo político e na imprensa. Ainda hoje se discute o estatuto da previdência social, a viabilidade da manutenção da atual

legislação trabalhista, os papéis do Estado e do mercado em relação à economia etc. Como se fazia naquele período, a *FSP* e *OG* permanecem se posicionando de forma crítica aos movimentos sociais e partidos de esquerda, particularmente nos momentos em que suas atividades propõem questionamentos da ordem política e social. O Estado continua recebendo ataques da grande imprensa, com caracterizações extremamente negativas, ao contrário do que ocorre com a iniciativa privada, que, entre outras coisas, a despeito dos desdobramentos da Operação Lava-Jato – a qual vem mostrando a consistência de relacionamentos espúrios e criminosos entre empresários e políticos –, não deixa de ser elogiada, como o terreno da concorrência, da inovação e da promoção do desenvolvimento econômico.

Ao se debruçar sobre a atuação política da *FSP* e *d'OG* em 1994 e 1998, propomos, conseqüentemente, discutir de que maneira os jornais se inserem e intervêm no campo político brasileiro em momentos específicos. Buscamos fazer um mapeamento de seu pensamento político, bem como identificar determinados elementos que, de alguma maneira, permitem enquadrar ideologicamente estes jornais no campo das direitas. Ao considerar esta história como inacabada e em movimento, não estamos apenas a reconhecer a proximidade temporal, o que é óbvio, mas sim a realçar a permanência de problemas e questões colocadas em 1994 e 1998 e o distanciamento ético e epistemológico que a profissão exige. Estamos ressaltando a necessidade de se examinar o objeto em uma perspectiva temporal mais longa, dando ao projeto político da *FSP* e *d'OG* uma profundidade maior, pois é possível estabelecer, ainda que parcialmente, a permanência de determinados valores e ideias na trajetória de cada jornal. Com isso, pretendemos mostrar que a história do tempo presente não se diferencia, por natureza, do estudo de períodos mais recuados. De todo modo, cabe ao pesquisador assumir sua subjetividade, sem se abster de prezar pela objetividade na construção do conhecimento histórico. É este o desafio metodológico que nos aguarda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARÊAS, J. B. *Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão*. 352 p. Tese (doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Niterói – RJ, 2012.

BORRAT, H. El periódico, actor del sistema político. *Análisis* 12, 1989, pp. 67-80

BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz (português de Portugal). 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. [1989], pp. 163-207.

_____. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, jan.-jul. 2011, pp. 193-216.

CAMARGO, A. M. A. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 1971, São Paulo. pp. 225-239

CAPELATO, M. H. R. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia C. (orgs). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. pp. 114-136

_____. *Os Intérpretes das Luzes: Liberalismo e Imprensa Paulista (1920-1945)*. Tese (doutorado em História Social), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1986.

_____; PRADO, M. L. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. Apêndice: Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária. A cobertura da greve em “O Estado de S. Paulo” – 1902-1917, por Barbara Weinsten. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1980.

CARVALHO, Rodrigo. *A imprensa escrita na era FHC: análise dos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período 1995-2002*. Dissertação (mestrado em

Comunicação e Mercado), Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, 2006.

COLLING, Leandro. *Os estudos sobre mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia (FC-PPGCCC-UFBA), Salvador – BA, 2006.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), pp. 51-58, 1993.

FONSECA, Francisco. *Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil*. Tese (doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo (FFLCH-PPGHS-USP), São Paulo, 2001.

LORIGA, Sabrina. O eu historiador. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 10, pp. 247-259, dez. 2012.

MC COMBS, M. *A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

MEDEIROS, F. F. *A eleição presidencial de 1994 e O Globo: “Muito além do papel de um jornal”*. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdades Integradas Campo-Grandenses, Rio de Janeiro, 2015.

MENDES, R. A. S. Novas direitas e velhos discursos? In: SCHUSTER, Karl [et al.]. *Velhas e novas direitas: a atualidade de uma polêmica*. Recife EDUPE, Editora da Universidade de Pernambuco, 2014. pp. 148-160

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. R. *História da Folha de S. Paulo: 1921-1981*. São Paulo: IMPRES, 1981.

RIOUER, Paul. Objetividade e subjetividade em história. In: _____. *História e verdade*. Tradução de F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968. [1955], pp. 23-44

ROUSSO, H. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Trad. Fernando Coelho, Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. [2012]

SODRÉ, N. W. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TEIXEIRA, C. S. G. *Imprensa e poder: as eleições presidenciais de 1994 e 1998*. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói – RJ, 2001.

Recebido em 31/10/2017
Aprovado em 16/12/2017